



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 2 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

3 Ao décimo terceiro (13) dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte (2020), às sete horas e quarenta minutos
4 (7h40), na sede da Secretaria de Ação Social, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, iniciou-se a segunda
5 (2ª) reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência da presidente e
6 representante titular do poder público, representando a Unidade Municipal de Assistência Social, Senhora
7 Lucinéia Silva Sartori Coelho. Estiveram presentes na reunião dezessete (17) conselheiros, sendo nove (9)
8 representando o poder público e oito (8) representando a sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros**
9 **Titulares Presentes:** Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra (Tina), Yheda Maria Lanes
10 Gaioli, Rosicler Lemos da Silva, Jane Izabel Miranda Biagiotti Lelis, Jean Eurípedes da Silva Ferreira, Maria
11 Aparecida Morais Oliveira, Lucineia Silva Sartori Coelho, Iara Flávia Afonso Guimarães, Juliana Rossato
12 Souza Rodrigues, Adriana da Silva Bazon e Maria Imaculada da Silva Ferreira. **Conselheiros em Exercício de**
13 **Titularidade:** Rafael Costa Duarte. **Conselheiros Suplentes Presentes:** Josiane Aparecida Antunes Campos,
14 Luzia Regina Alves, Irene da Conceição Silva e Eder Furtado Ribeiro. Participaram da reunião quinze (15)
15 convidados, conforme assinaturas na lista de presença. Com a seguinte pauta: 1 - Ordem do dia: Chamada e
16 Verificação de quorum; Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes; 2 – Deliberação sobre a ata
17 da 1ª Reunião Ordinária do CMAS; 3 – Aprovação da pauta 4. Assuntos – 4.1 – Apresentação da Prestação
18 de Contas do 4º trimestre de 2019 – para Deliberação; 4.2 – Apresentação da Reprogramação de Saldo dos
19 recursos de cofinanciamento Estadual – para Deliberação; 4.3 – Apresentação da Reprogramação de Saldo
20 dos recursos do PETI – para Deliberação; 4.4 – Devolutiva dos Trabalhos da Comissão de Orçamento e
21 Apresentação de Propostas ao Colegiado; 4.5 – Proposta da Mesa Diretora quanto à frequência de
22 conselheiros e sobre a Representação de Usuários no CMAS; 4.6 – Devolutiva de Trabalhos da Comissão de
23 Controle Social do PBF; 4.7 – Discussão sobre os Programa de Transferência Renda no município; 4.8 –
24 Definição de Representantes para Capacitação da EDESP - "DIÁLOGOS EDESP: O PAPEL DOS
25 CONSELHEIROS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A INTERFACE COM A
26 EDUCAÇÃO PERMANENTE".- dia 19.02 – das 8h30 às 12h30 – São Paulo. 5. Informes - 5.1 –
27 Apresentação do quadro de comissões e seus participantes; 5.2 – Deliberação 029.2019 do CONSEAS sobre
28 Benefícios Eventuais; 5.3 – Portaria nº109 – 22/01/2020 – Diário Oficial da União; 5.4 – Ofício 03/2020 –
29 PROREAVI – Alteração de endereço; 5.5 – Encaminhamento de Ata e Estatuto da Casa de Apoio Dom
30 Pedro Luis; 5.6 – Convite – 1º Encontro do FRSSAN – Forum Regional de Soberania e Segurança
31 Alimentar e Nutricional – 15h - CRAS Leste. A Srª Presidente do CMAS, Lucineia, abriu a ordem do dia,
32 solicitando a apresentação dos presentes que estivessem comparecendo à reunião do CMAS pela primeira vez.
33 Na sequência a secretária executiva do CMAS, Maria Amélia, fez a chamada das(os) conselheiras(os) e foram
34 apresentadas as justificativas de ausência das seguintes conselheiras: Valdety Souza Vilar Gilberto, Maria Heli
35 da Silva Garcia, Geraldine Garcia Fuga Menezes, Claudia Maria Fragoço Cerqueira, Alessandra Aparecida da



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

36 Silva, Kelly Regina da Silva, Loren Lorrany Duarte, Roberta Pucci de Melo, Sonia Regina Barbosa Quirino,
37 Cláudio Nascimento Freitas e Geisla Fabia Pinto. Maria Amélia anunciou o alcance de quórum mínimo, bem
38 como, as(os) conselheiras(os) titulares e suplentes na titularidade, naquela reunião. A pauta foi exibida para
39 apreciação da plenária e aprovada. Na sequência, Maria Amélia confirmou o quórum de leitura da ata 1ª
40 Reunião Ordinária e apresentou as considerações sugeridas pelos(as) conselheiros(as). Concordou-se com as
41 sugestões apontadas e a ata foi aprovada com as devidas correções. Deu-se início aos assuntos da 2ª Reunião
42 Ordinária do CMAS: **4.1 – Apresentação da Prestação de Contas do 4º trimestre de 2019 – para Deliberação;**
43 A Conselheira Juliana iniciou a apresentação da prestação de contas explicando que o documento bem
44 detalhado por conter todas as despesas realizadas, valor usado, saldos, estando os comprovantes disponíveis aos
45 (as) conselheiros (as) que queiram consultá-los, e para tal basta solicitar. Nesse sentido, a Conselheira Tina
46 propôs que fosse enviado por e-mail, com antecedência, os quadros apresentados, para todos os (as)
47 conselheiros (as), para a ciência e responsabilidade dos mesmos. E assim foi deliberado, no final da reunião. A
48 Conselheira Rosicler acrescentou que compartilha os balancetes com sua equipe de trabalho e indicou que
49 todos fizessem o mesmo. Após os comentários, a Juliana iniciou a apresentação, que foi feita por meio de
50 slides. Em meio a apresentação, no item sobre Benefício Eventuais, foi levantado pela Conselheira Yheda que
51 no ano de 2019 houve alguns alugueis sociais que foram negados ou que não obtiveram respostas. A
52 conselheira Juliana explicou que ano passado foram devolvidos vários alugueis pela Secretaria de Finanças com
53 a justificativa de falta de recursos – lembrando que o orçamento é uma previsão e não de fato o dinheiro, que as
54 solicitações de alugueis foram enviadas novamente no início deste ano, e alguns pedidos obtiveram retorno. A
55 Conselheira Jane fez uma fala logo em seguida expondo que um dos alugueis devolvidos não teve a
56 justificativa de falta de recurso, mas porque foi uma solicitação de prorrogação de 3 meses e depois da
57 negativa, entraram com novo pedido, pois a lei assegura a renovação do benefício e mais uma vez a Secretaria
58 de Finanças negou. Comentou-se que a Secretaria de Ação Social que deveria definir o uso do dinheiro previsto
59 em seu orçamento, mas a decisão final sempre é da Secretaria de Finanças, caracterizando assim uma
60 ingerência. A Presidente Lucinéia comentou que a situação se arrasta por alguns anos, e que o tema consta na
61 pauta do dia e será discutido posteriormente. Continuou dizendo que a Lei Municipal de Benefícios Eventuais
62 terá que ser adequada, para que haja um cofinanciamento do Estado, e conforme Deliberação do CONSEAS o
63 prazo para adequação é de 90 dias, e sugeriu que a Gestão e o Conselho fizessem essa atividade em conjunto
64 para ganhar tempo. A Conselheira Tina fez sua fala dizendo que na Lei consta que é competência das equipes
65 de referência definir sobre a concessão, isto significa que quem tem autonomia para definir, não são as
66 secretarias e sim as equipes de referência. Foi complementado por Lucineia que as equipes de referência são
67 formadas por profissionais de nível superior da rede socioassistencial e que o pagamento do benefício é de
68 gestão da SEDAS. E ainda propôs que a Comissão de Legislação e Normas se debruce sobre o assunto, devido
69 ao curto prazo estipulado. O Conselho terá que fazer uma resolução, pois em relação a Lei de Benefícios
70 Eventuais vigente, a mesma foi elaborada pela Gestão sem a participação do CMAS, que apenas deliberou. A

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

71 proposta final então, é de revisar a Lei de benefícios eventuais do município conjuntamente com a gestão da
72 assistência social, adequando a mesma a Deliberação CONSEAS nº 029/2019. Falou-se de fazer um debate
73 aberto com os futuros candidatos a prefeito, para questioná-los e entender o posicionamento de cada um sobre
74 assuntos como habitação, segurança alimentar, benefícios eventuais e afins. Lucinéia destacou que será
75 realizado no próximo dia 20/02/2020 um fórum regional, que irá tratar da questão de segurança alimentar,
76 sendo importante a presença de conselheiros para representarem o CMAS e estar junto a essa discussão. Na
77 sequência a Conselheira Juliana deu continuidade na apresentação e quando foi tratado dos recursos da conta do
78 IGDPBF a Presidente Lucineia comentou que ficou definido na Comissão de Controle Social do PBF, que a
79 partir deste ano a mesma vai analisar mais detalhadamente os gastos do IGD PBF, enquanto a Comissão de
80 Orçamento se debruçará sobre os outros. A Conselheira Tina questionou o fato da Gestão não detalhar o plano
81 de aplicação, dificultando a análise dos gastos para o Conselho, que fica em dúvida sobre parte do destino do
82 recurso, Lucinéia esclareceu que na devolutiva da Comissão de Orçamento consta proposta para ser deliberada
83 no Conselho que contempla o questionamento da conselheira Tina e discutiremos posteriormente, pois já
84 consta na pauta. A Conselheira Juliana finalizou sua apresentação perguntando se havia dúvidas colocando-se à
85 disposição para esclarecimentos. A Diretora da Proteção Social Especial-PSE, senhora Lisandra, informou
86 sobre os recursos do PETI, como o assunto já constava da pauta as (os) Conselheiras (os) foram consultados
87 quanto a alteração da mesma, foi alterada a ordem da pauta (como está descrito mais a frente na ata). Dada uma
88 questão de ordem a Secretária Executiva Maria Amélia apresentou proposta ao colegiado de que o CMAS terá
89 que deliberar pela Prestação de Contas Final do FMAS, o que acaba sendo repetitivo, pois a gestão por ocasião
90 da prestação de contas da União, através do Demonstrativo Físico Financeiro submete a este CMAS novamente
91 a prestação de contas do ano anterior, sendo assim propôs que o CMAS com a apresentação deste quarto
92 trimestre, considerasse como prestação de contas final, referente ao ano de 2019. Lucinéia consultou aos
93 presentes se estavam suficientemente esclarecidos para deliberarem pela aprovação, todos concordaram e
94 deliberaram a favor da prestação de contas final, com a ressalva de que não foram liberados os benefícios
95 eventuais “aluguel social” e “cestas básicas” com regularidade, e que a autonomia da Secretaria não foi
96 respeitada, principalmente na liberação do recurso financeiro para pagamento do aluguel social. Por sugestão da
97 Presidente Lucineia, em razão de ter tido alguns comentários sobre o PETI durante o debate do tópico 4.2,
98 houve uma inversão na hora de discutir os itens da pauta, trocando o lugar do item 4.2 pelo 4.3. Seguindo desta
99 forma: **4.3 – Apresentação da Reprogramação de Saldo dos recursos do PETI – para Deliberação**, a Diretora
100 Lisandra fez sua fala explicando as circunstâncias em que se encontra o PETI (Programa de Erradicação do
101 Trabalho Infantil) e a proposta para a reprogramação do saldo, esclareceu que o PETI é prioridade para todas
102 as políticas públicas, pois abrange o tema do trabalho infantil e entendendo que para uma criança se encontrar
103 nessa situação, alguma coisa em sua casa está acontecendo, seja desemprego e/ou uma série de questões que
104 envolvem a mesma, portanto é necessário olhos atentos a essa criança. Explicou ainda, que durante um período
105 existiu um recurso nacional, que após identificado o trabalho infantil, era repassado para as famílias com o

106 objetivo de dar apoio financeiro (em torno de R\$40,00 – quarenta reais). Ao longo do tempo isso mudou e hoje
107 não existe mais, assim como o recurso do PETI. O saldo em conta do PETI corresponde a parcela paga em
108 2017, logo o saldo disponível são referentes a 2016 e 2017, uma vez que não houve repasse em 2018 e 2019. A
109 compreensão do governo federal é de que o PETI é prioridade para qualquer política pública, deixando de
110 enviar o recurso novo, inclusive foi feita a mudança do nome do programa para AEPETI (Ações Estratégicas do
111 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), significando que qualquer setor tem a responsabilidade de dar
112 atenção a essa criança e família, que necessita de um acompanhamento para identificar as demandas. O que
113 aconteceu no município de Franca, foi que essa questão esteve “adormecida” e não se discutia mais sobre o
114 trabalho infantil. A Gestão que retomou os trabalhos constatou os danos causados pela falta de atenção a esse
115 público, então foi tomada a providência de utilizar parte do recurso para a contratação de duas orientadoras
116 sociais, que trabalham nos CREAS, realizando busca ativa com a finalidade de acompanhar a criança que
117 trabalha. Consta no CadÚnico do município em torno de 17 nomes em situação de trabalho infantil, com o
118 trabalho realizado e as novas inserções feitas em 2019, contabiliza-se 82 registros de trabalho infantil. Portanto,
119 a proposta da reprogramação dos recursos do PETI que é de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais) é de dar
120 continuidade nas oficinas que já estão sendo realizadas e na compra de lanches, que tem previsão para ser
121 utilizado até o mês de setembro, até que o recurso atrasado de 2017 entre no caixa. E se por acaso isso não
122 ocorrer, então será necessário a ajuda do Conselho. Lisandra ressaltou ainda que outro avanço dessa Gestão foi
123 conseguir criar a vaga de orientador social – o profissional de nível médio que acompanha o técnico de nível
124 superior nas ações com as famílias – por meio de concurso, que está prestes a exibir os resultados e finalizou
125 sua fala dizendo que a esperança que fica é a de que a pessoa que ocupar essa vaga acredite na política de
126 assistência social e ajude no avanço do município. A Conselheira Juliana explicou que as oficinas dão gasto de
127 R\$ 5.416,66 (cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), portanto tem recurso
128 suficiente para 9 meses de oficina. Após esse período a expectativa é de que o Fundo Nacional de Assistência
129 Social - FNAS faça o repasse das parcelas em atraso desde 2017. Na sequência, a Conselheira Tina expôs sua
130 dúvida sobre qual é a perspectiva da abordagem social, o que está previsto como forma de enfrentamento da
131 questão do trabalho infantil e como a identificação dessas crianças está sendo feita. A Secretária Eliete
132 respondeu dizendo que infelizmente hoje não existe uma equipe permanente de abordagem social, que o
133 recurso para a execução da abordagem é baixo, e por mais que a Secretaria, como feito antes, tenha tentado
134 cobrir essa necessidade, não obteve sucesso em manter a equipe. Portanto, o que está ao alcance são as oficinas,
135 mas a intenção é que com a contratação de orientadores sociais, esse trabalho seja feito de forma permanente,
136 como demandado. Tendo isso sido exposto, o colegiado aprovou a reprogramação de saldo do PETI, passando
137 ao item **4.2 – Apresentação da Reprogramação de Saldo dos recursos de cofinanciamento Estadual – para**
138 **Deliberação;** A Conselheira Juliana iniciou a apresentação explicando que deve haver um ofício solicitando a
139 reprogramação de saldos, pelo Prefeito, endereçado ao titular da pasta, com justificativa da excepcionalidade da
140 medida, especificação de valores e a Proteção Social que está solicitando a abertura do sistema web

141 PMAS/2018/2021. O recurso excedente que temos é do Serviço Família Acolhedora e do CREAS/PAEFI.
142 Referente ao Família Acolhedora, o saldo é de R\$1.889,23 (mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e três
143 centavos), a proposta de reprogramação é para a aquisição de instrumentais lúdicos e brinquedos pedagógicos.
144 Já o saldo do CREAS/PAEFI é de R\$7.479,09 (sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais e nove centavos),
145 com a intenção de reprogramação para contratação de capacitação de oficina com temática de masculinidade –
146 dispõe sobre questão de violência, culturalmente relacionada a gênero. A ideia é, além de repensar essa questão
147 com os trabalhadores da assistência, da rede e com jovens que se encontram na Fundação Casa, dar atenção a
148 reprodução de violência por parte do agressor, sabendo que já temos atendimento às vítimas. Ambas
149 reprogramações de saldos tem a justificativa dos recursos não terem sido utilizados em decorrência de trâmites
150 internos (insuficiência de saldo de dotação, problemas com licitação e fechamento das compras da Prefeitura no
151 início de novembro) e atraso no repasse das primeiras parcelas. A conselheira Juliana informou aos presentes
152 que foi publicado o Chamamento Público para o Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres Vítima de
153 Violência Doméstica, informando ainda que a OSC executora solicitou rescisão do contrato, que vencerá em
154 31/03/2020. Passou-se ao item **4.4 – Devolutiva dos Trabalhos da Comissão de Orçamento e Apresentação de**
155 **Propostas ao Colegiado;** A Comissão apresentou a proposta de solicitar ao Órgão Gestor um plano de
156 aplicação detalhado dos recursos do Fundo Municipal e o colegiado estabeleceu como prazo para a
157 apresentação do mesmo, o dia 30 de abril, quando será apresentado a prestação de contas do 1º trimestre. Foi
158 levantada a importância desse detalhamento para melhor fiscalização do uso do recurso. Inclusive, justificando
159 que a prioridade para o uso do mesmo é o atendimento aos usuários. Em sequência, passou-se ao item **4.5 –**
160 **Proposta da Mesa Diretora quanto à frequência de conselheiros e sobre a Representação de Usuários no**
161 **CMAS;** A Presidente Lucineia expôs que a Mesa Diretora discutiu sobre a frequência de conselheiros e a
162 representação de usuários no Conselho, que foi feito um levantamento das presenças, justificativas e faltas de
163 cada representante e já foi realizado contato com as representantes Maria Heli, Maria das Graças e Alessandra
164 que manifestaram a impossibilidade de continuidade no colegiado. Quanto ao conselheiro Alessandro, este não
165 foi localizado. Diante desse contexto o colegiado definiu pela realização de um processo eleitoral para
166 complementação do mandato dos usuários, sendo definida uma comissão eleitoral composta pelos seguintes
167 conselheiros: Jean, Irene, Yheda e Adriana. Lembrando que não há vacâncias, mas sim frequência irregular,
168 portanto as deliberações feitas pelo Conselho tem validade. Devido ao adiantado da hora a presidente Lucinéia
169 propôs a recondução dos itens **4.6 – Devolutiva de Trabalhos da Comissão de Controle Social do PBF e 4.7 –**
170 **Discussão sobre os Programas de Transferência Renda no município para a próxima reunião ordinária do**
171 **CMAS, tendo sido aprovado.** Após tratou do item **4.8 – Definição de Representantes para Capacitação da**
172 **EDESP - "DIÁLOGOS EDESP: O PAPEL DOS CONSELHEIROS NO SISTEMA ÚNICO DE**
173 **ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A INTERFACE COM A EDUCAÇÃO PERMANENTE".- dia 19.02 –**
174 **das 8h30 às 12h30 – São Paulo,** definindo-se como representantes as conselheiras Irene e Lucinéia.
175 Finalizando a reunião Lucinéia tratou do Item **5. Informes - 5.1 –Apresentação do quadro de comissões e seus**



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

176 *participantes; 5.2 – CONSEAS Deliberação 029.2019 – Benefícios Eventuais*, o CMAS deliberou pelo envio
177 de um ofício ao Conselho Estadual questionando se tem previsão no orçamento para o cofinanciamento dos
178 benefícios eventuais; 5.3 – *Portaria nº109 – 22/01/2020 – Diário Oficial da União*; 5.4 – *Ofício 03/2020 –*
179 *PROREAVI – Alteração de endereço*; 5.5 – *Encaminhamento de Ata e Estatuto da Casa de Apoio dom Pedro*
180 *Luis*; 5.6 – *Convite – 1º Encontro do FRSSAN – Fórum Regional de Soberania e Segurança Alimentar e*
181 *Nutricional – 15h - CRAS Leste*. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, tendo sido gravada, e o
182 áudio ficará disponível para consulta dos conselheiros. Excepcionalmente, eu, Lucineia Silva Sartori Coelho,
183 Presidente deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada e será anexada a lista de presença.